

## VITÓRIA, UMA IGREJA A ESCUTA DO ESPÍRITO

*Jaldemir Vitório S.J.*

Quando os bispos da Arquidiocese de Vitória (ES) escreveram a *Carta Pastoral sobre Avaliação, Aprofundamento e Reflexão da Pastoral da Igreja de Vitória* (21.10.1984), convocando o que se convencionou chamar GRAVA (Grande Avaliação), puseram em marcha um processo de enorme significado eclesial, de valor paradigmático para outras Igrejas particulares. A Igreja de Vitória, como é sabido, foi uma das que deu passos mais significativos no período pós-conciliar e das que levou mais a sério as orientações de Medellín e Puebla. Foi uma das dioceses onde as CEBs deram seus frutos mais vigorosos; onde um modelo novo de Igreja começou a articular-se a nível de organização global, desde as bases até às cúpulas.

Uma confluência de fatores ensejou a arregimentação das forças vivas da Arquidiocese para um trabalho de tal porte. Por um lado, tinham-se passado 20 anos da implantação do modelo renovado de Igreja, donde a necessidade de repensar o caminho feito. Por outro, ao longo deste período, foram-se levantando sérias dificuldades, dúvidas e resistências no seio do Povo de Deus, a respeito dos rumos pastorais da Igreja de Vitória. Suspeitava-se da demasiada politização das CEBs em detrimento dos valores propriamente religiosos. Surgiram certos grupos reacionários. Acusava-se a Igreja de estar afastando os fiéis por causa de sua linguagem agressiva e pouco "piedosa", situação da qual se beneficiavam as seitas. Estas e outras suspeitas corriam mundo e geravam preconceitos. Outro fator eclesial relevante foi a substituição da liderança episcopal da Igreja de Vitória por transferência do bispo auxiliar D. Luis Gonzaga Fernandes e morte do arcebispo D. João Batista da Mota e Albuquerque. O novo arcebispo, D. Silvestre Luís Scandian, e seu auxiliar D. Geraldo Lyrio Rocha, iniciando o governo pastoral da diocese, precisavam avaliar o caminho feito até então. A grandeza da tarefa não os intimidou.

Seria longo falar da complexa metodologia, articulada em oito momentos, empregada para fazer o levantamento, o mais completo possível, da realidade arquidiocesana e fazer sua radiografia. A complexidade do método levou o processo a estender-se por três longos anos. Acenemos porém para o fato de ter sido envolvida toda a Arquidiocese nesta avaliação. A mobilização foi geral. Toda a Igreja pôs-se em discer-

nimento: das comunidades do interior às comunidades da cidade, das comunidades das montanhas às litorâneas. De alto a baixo, a Igreja pôs-se a avaliar-se. Foram também ouvidos os "católicos avulsos", não integrantes das CEBs, nem da vida paroquial. Esta massa de católicos, mais de 70.000 pessoas, foi atingida através do questionário do "grande público". Outros grupos específicos (religiosos, seminaristas, clero, etc.) expressaram-se através de relatórios particulares. A preocupação de valorizar idéias e opiniões, em todos os níveis, sem menosprezar quem quer que seja, perpassou todos os momentos da GRAVA. Este dado é importante em vista da ação pastoral futura: assim como todos puderam expressar-se no momento de discernimento, todos deveriam empenhar-se para pôr em prática aquilo que o Espírito falaria à Igreja. Os encaminhamentos surgidos do processo de avaliação não poderiam desdizer o esforço nele empregado.

A GRAVA abordou a realidade eclesial de Vitória a partir de dez diferentes prismas ou, como se chamou, dez temas. O *primeiro* tema versava sobre a *renovação da Igreja*. Tratava-se de avaliar até que ponto o novo modelo eclesial, baseado no comunitário, tinha sido assimilado, quais os impasses criados, quais os passos consolidados. O *segundo* tema tratou de avaliar a *vida litúrgica* nas suas variadas expressões (culto, celebração eucarística, festas da comunidade e outros tipos de celebração). O *terceiro* tema tocou o espinhoso problema da *celebração dos sacramentos*, centro do modelo de Igreja tradicional. No modelo renovado de Igreja, levantava-se uma série de questões a respeito deste setor da pastoral: preparação mais exigente, a pessoa do ministro dos sacramentos, critérios para admissão aos sacramentos, o modo de celebrá-los. O *quarto* tema tomou como ponto de avaliação a *organização pastoral* da Arquidiocese: os conselhos de comunidade, o conselho pastoral, os movimentos apostólicos, a assembléia arquidiocesana e, parecendo fora de lugar, a questão do dízimo. O *quinto* tema avaliou a *ação pastoral* dos bispos, padres, religiosos e agentes leigos, nos seus pontos positivos e negativos. Aí se introduziu a questão do seminário e a participação dos seminaristas na vida das comunidades. O *sexto* tema pôs em discussão a *evangelização e a catequese* nas suas variadas expressões (círculos bíblicos, missa na TV, programas religiosos radiofônicos, as homilias dos padres, a formação dos catequistas, o ensino religioso nas escolas). O *sétimo* tema pretendeu avaliar o *material escrito* elaborado pela Arquidiocese (o boletim "Caminhada", cartilhas, o "Jornal da Arquidiocese", roteiros para círculos bíblicos e para preparação dos sacramentos, etc.) na sua linguagem e no seu conteúdo. O *oitavo* tema tocou nas expressões mais simples da fé católica tradicional, a *religiosidade popular*, tais como as romarias, as festas de padroeiros, as procissões, as

práticas devocionais, os benzedores, e também a relação das CEBs com os grupos não-católicos, *ecumenismo*. O *nono* tema voltou-se para as *opções da Igreja*, especialmente, a opção preferencial pelos pobres, cavalo de batalha em alguns setores eclesiais, e para as *prioridades pastorais* da Arquidiocese. Como se sabe, aí está um dos focos de tensão no seio da Igreja de Vitória. Por último, o *décimo* tema tratou da relação *Igreja, sociedade e política* avaliando a atuação das pastorais específicas (juventude, operários, terra, justiça e paz, encarcerados, família, etc.), dos vários movimentos gravitantes em torno das CEBs (moradia, transporte, escola, estrada, etc.) e da participação dos membros das CEBs nos sindicatos, entidades de classe e a militância nos partidos políticos. Como se pode constatar, praticamente, nenhum setor importante ou aspecto da vida diocesana furtou-se ao crivo da GRAVA.

Um primeiro tratamento do material levantado pelos questionários foi feito pela assessoria sociológica, a cargo do Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER-Rio), e por um sociólogo da Universidade de Vitória. A este grupo competiu fazer a tabulação dos dados, calcular as proporções estatísticas e elaborar uma primeira análise destacando certas constantes, tendências e impasses. Um segundo tratamento foi feito pela assessoria teológica, a cargo da Faculdade de Teologia do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus (Belo Horizonte), que estabeleceu as coordenadas teológicas delineáveis a partir da análise sociológica.

Tudo isto constituiu o momento do "ver".

Este mergulho profundo nas entranhas da Arquidiocese confirmou fatos já conhecidos, revelou outros dos quais não se tinha suficiente consciência e reservou também algumas surpresas. Entre os fatos conhecidos ficou evidenciada a enorme participação dos leigos na vida eclesial, em todos os níveis, e o processo de superação do modelo tradicional de Igreja clerical-autoritário, pelo modelo de Igreja diakonia-koinonia. Evidenciou-se também o fato de as CEBs serem a expressão melhor e mais fecunda deste novo modo de ser Igreja. A enorme difusão dos círculos bíblicos mostra como a Palavra de Deus é a grande convocadora do povo para a comunhão e participação. Cresce também a exigência de consciência na participação da vida sacramental. A isso se poderia chamar de *conquistas* da Igreja de Vitória. São passos consolidados.

Entre os fatos da vida eclesial, dos quais talvez não se tivesse suficiente consciência arrolamos a presença dos jovens na vida das CEBs, independentemente da pertença a movimentos alheios à comunidade. Vai-se firmando a convicção de que a sustentação econômica da comunidade deve ser feita através do dízimo.

---

Num *aspecto mais negativo*, observou-se a pouca abertura missionária, de modo especial, em relação àquelas camadas menos tocadas pela ação pastoral da Igreja, os mais pobres entre os pobres.

Na linha das *surpresas*, os relatórios mostraram que, nas atividades das CEBs, predomina o religioso (liturgia, catequese, sacramentos, círculos bíblicos) e menos o social e político. Este fato contradiz a suspeita, sempre de novo levantada, de que as CEBs se politizaram além dos limites. De fato, a consciência sócio-política das cúpulas não corresponde à das bases. Existe uma defasagem entre os dois níveis. Exemplo disto é a dificuldade de se implantar a segunda prioridade da ação pastoral diocesana que trata, exatamente, da "conscientização sócio-político-econômica". É surpreendente também constatar que, numa Igreja fortemente laical, o poder eclesiástico não seja contestado e se continue a preferir o que é feito pelo padre, em detrimento do que é feito pelo leigo. Pedro Ribeiro de Oliveira, do ISER, procura explicar o fenômeno apelando para a distinção entre "*poder propriamente religioso* dos ministros ordenados, que é sua capacidade de ministrar os sacramentos e de guardar a doutrina da Igreja" e "*poder eclesiástico*, a capacidade de decidir em assuntos relativos à Igreja". Os leigos teriam larga participação no segundo e participação restrita (suplente?) no primeiro.

Neste momento tornaram-se também patentes uma série de *desafios* a serem enfrentados e devidamente equacionados. O primeiro desafio é o de como fazer o modelo de "Igreja que a gente quer" passar todo o corpo eclesial diocesano, onde elementos do modelo autoritário-clerical ainda estão fortemente arraigados. De fato, na Arquidiocese, convivem dois (apenas dois?) modelos divergentes de Igreja. Daí a necessidade de repensar o papel do padre e do leigo numa elaboração teológica que parta da práxis das CEBs. Constitui também um desafio a escalada dos movimentos, nem sempre em comunhão com as opções pastorais da Igreja, a ponto de constituir-se, consciente ou inconscientemente, um modelo alternativo. Como assumir e integrar estes movimentos sem ruptura? Outros desafios poderiam ser formulados assim: Como integrar os elementos da religiosidade popular no modelo de Igreja renovado? Como inserir as classes médias católicas numa dinâmica de Igreja-comunidade? O que fazer com as grandes massas católicas? Como distinguir culto e celebração eucarística, de modo a não caracterizar o culto como uma missa sem padre? Como evitar a sangria de lideranças das CEBs? Como formar os líderes cristãos (pastoral de quadros) engajados em movimentos sindicais, partidários e outros, cuja espiritualidade já não se alimenta mais nas CEBs?

A relação poderia ser alongada. Bastam-nos, porém, os elementos

supramencionados para constatar que a problemática de fundo é de caráter estritamente eclesiológico. O que está em baila é o modelo de Igreja pelo qual se optou e não questões de ordem doutrinal ou jurídico-disciplinar.

A riqueza dos dados colhidos foi relançada às bases, para serem julgados à luz da Palavra de Deus e dos principais documentos da Igreja universal, da Igreja na América Latina e no Brasil. Foi o momento do "julgar", momento forte de celebrações muito participadas e vividas. Aliás, todo o processo da GRAVA ensejou, nos seus vários estágios, tempos de celebração, onde a vida da Igreja tornava-se objeto de louvor, de súplica, de penitência, de agradecimento. *Uma Igreja orante discernindo os apelos do Espírito*. Talvez se pudesse definir assim a dinâmica da GRAVA.

Digna de nota foi a dinâmica prevista para o chamado quinto momento da GRAVA, o de "julgar". Foram elaboradas cinco celebrações sobre os temas mais candentes e cruciais. Cada um dos milhares de grupos preparou uma árvore na qual foram, ao longo dos encontros, pendurados os frutos positivos e os frutos negativos produzidos na vida do Povo de Deus. O tema da árvore voltou na celebração final. Deste modo, as comunidades representavam, de maneira plástica, o bom e o menos bom gestado em seu seio. Idéia felicíssima, pois a árvore, em todas as culturas, tem uma enorme força evocativo-simbólica. A árvore chamava a atenção para os frutos que cada CEB produziu e deve produzir.

Nas celebrações, as comunidades também fizeram votações a respeito das decisões a serem encaminhadas no momento do agir. Assim as bases ofereceram seus subsídios para a elaboração do documento redigido no final do processo. Esta foi a maneira como seus anseios fizeram-se ouvir na hora da tomada de decisões a respeito dos rumos da pastoral.

Para concluir o processo e traçar os rumos a serem tomados — momento do "agir" — foi convocada uma Assembléia Arquidiocesana Extraordinária, onde a Igreja esteve representada em toda riqueza de seus elementos. Realizou-se nos dias 5 a 7 de setembro de 1987, em Santa Isabel (ES). Trabalhando a partir de um texto, elaborado com a ajuda dos assessores, chegou-se à aprovação de um texto definitivo, intitulado *Igreja de Vitória: opções e diretrizes*, o qual doravante deverá nortear a caminhada da diocese. Nele foram renovadas as opções fundamentais da Igreja de Vitória e traçadas certas diretrizes pastorais. Vale a pena transcrever o seguinte trecho:

"Nós, bispos, padres, diáconos, religiosos e leigos da Arquidiocese de Vitória reafirmamos as Opções Fundamentais desta Igreja:

---

a) *Assumimos a OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS POBRES como exigência fundamental do Evangelho.* Esta nossa opção deve se expressar no trabalho pastoral voltado para os empobrecidos, no esforço permanente de tornar nossa Igreja, cada vez mais, uma Igreja dos pobres.

b) *Assumimos as COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE, lugar privilegiado de comunhão e participação, de vivência eclesial, de exercício da missão libertadora, como base estrutural da organização pastoral da Arquidiocese.*

Esta segunda opção é de singular importância por expressar o alto grau de consciência eclesial atingido pelo Povo de Deus de Vitória. Assumindo, com maturidade, sua vocação de construtor do Reino, ele superou a postura tradicional onde esta tarefa é adstrita à hierarquia e ao clero, tornando-se, pois, sujeito da ação pastoral e não mais seu objeto. Participando decisivamente nas decisões sobre os rumos pastorais da Igreja, o Povo de Deus comungará mais plenamente com seus destinos.

*As diretrizes pastorais* são uma tentativa de concretizar as opções fundamentais, em várias linhas, indicando pistas de ação. Nelas deverá inspirar-se, doravante, a ação pastoral como um todo. Referindo-se às *contradições internas*, o documento aponta os empobrecidos como critério da ação pastoral; incentiva a formação de novas CEBs; valoriza os elementos libertadores da religiosidade popular; insiste na importância de se ter uma espiritualidade libertadora e no compromisso pela transformação social. Para superar as *tensões internas decorrentes da caminhada*, o documento urge que as paróquias se tornem centro de animação das CEBs; que os movimentos se submetam às diretrizes arquidiocesanas; que se reflita sobre a tensão CEBs-movimentos; que não se abram as portas da Arquidiocese a novos movimentos sem a devida ponderação. Em vista de articular melhor a *ação pastoral em conjunto*, o documento propõe a elaboração de um Diretório Pastoral da Arquidiocese e encaminha a elaboração de critérios que orientem a pastoral dos sacramentos; insiste no estabelecimento de critérios comuns para o dízimo e pede aos bispos a definição da competência dos vários organismos da Arquidiocese. Para superar as inúmeras *deficiências* constatadas, são propostas várias diretrizes: articulação da pastoral através de uma pedagogia libertadora, com metodologia adequada a cada situação; atenção especial à juventude, para a qual se pede maior acompanhamento e inserção na vida das comunidades; servir-se melhor dos MCS, criando consciência crítica em relação a eles; investir na formação dos leigos; estar especialmente atentos para a formação dos seminaristas, de modo que se comprometam com as opções fundamentais da Arquidiocese; na mesma linha vai o empenho na formação permanente de padres e religiosos; incentiva-se a pastoral vocacional e a animação mis-

sionária; por último, indica-se o diálogo ecumênico com suas exigências de ação concreta.

Nesta prognose, fica patente a maturidade da Igreja de Vitória. Tendo sido capaz de fazer um diagnóstico honesto e em profundidade de sua caminhada, sem perder-se nas tensões e dificuldades, ela se manteve fiel às opções fundamentais de duas décadas de renovação. O resultado final do processo não foi um acordo de cavalheiros, muito menos, um nivelamento de "vales e colinas". As propostas de ação fazem jus a quanto o Espírito operou ao interno desta Igreja.

A Arquidiocese de Vitória, do pós-GRAVA, não é mais a mesma. Ela tem tudo para aprofundar, com consciência, sua caminhada, corrigir rotas, programar estratégias, abrir novas fronteiras. Agora, na hora da ação, o ingente esforço de milhares de pessoas, que se reuniram um sem número de vezes, sem contar o investimento econômico de monta, exigido pela grandiosidade do projeto, tomará sentido. Por outro lado, as reais dimensões dos dados acumulados no decorrer das pesquisas tomarão ainda anos e anos de paciência e coragem dos pesquisadores (teólogos, pastoralistas, sociólogos, antropólogos, psicólogos sociais e outros) que se derem ao trabalho de reler e reinterpretar, mais acuradamente, o material levantado. A montanha de papel, resultado de uma pesquisa capilar, merece continuar a ser estudada para contribuir à caminhada de outras Igrejas locais.

Tendo celebrado, com pompa e grandiosidade, o final do ciclo de seu processo de avaliação, a Igreja de Vitória é mais uma vez desafiada. O texto do documento final terá a divulgação mais ampla possível. Porém, muito mais que ao texto, as Igrejas do Brasil deverão estar atentas para ver como a Igreja de Vitória será capaz de concretizar suas *Opções e Diretrizes Pastorais*. Uma Igreja caracterizada por sua capacidade criativa e inovadora não poderá decepcionar. Que ela se faça dócil ao que o Espírito lhe falou!

---

Jaldemir Vitório S. J. é bacharel em Teologia pela Faculdade de Teologia da PUC/RJ. Licenciado em ciências bíblicas pelo Pontifício Instituto Bíblico de Roma. Professor de exegese na Faculdade de Teologia do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus, Belo Horizonte, MG. Em nome desta Faculdade participou várias vezes como assessor nas atividades da GRAVA.

Endereço: Caixa postal 5047 - 31611 Belo Horizonte - MG